

A EXPERIÊNCIA DA CRIANÇA NA LINGUAGEM

Carmem Luci Costa Silva⁷⁰
Marlete Sandra Diedrich⁷¹

RESUMO

Este trabalho procura responder de que modo, considerando uma concepção enunciativa de linguagem, a criança em seu ato de aquisição da linguagem faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. A reflexão está embasada na teorização enunciativa de Émile Benveniste, que insere a comunicação intersubjetiva no centro da língua em ação. Além disso, com inspiração no filósofo Giorgio Agamben, que dialoga com a reflexão benvenistiana para tratar da relação entre infância e história, busca-se deslocar a questão de Benveniste (1995, p. 27) “Por que indivíduo e sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?” para “Por que criança e sociedade, juntas e por igual necessidade, se fundam na língua?”. Assim, neste movimento de reflexão do ato de aquisição da linguagem, a partir das relações homem-linguagem/língua-sociedade/cultura, o texto está organizado em três seções: na primeira, é constituída uma concepção antropológico-cultural de homem atrelada a uma noção simbólica de linguagem; na segunda, é deslocada essa teorização linguístico-cultural para a reflexão sobre o ato de aquisição da linguagem e na terceira busca-se, por meio da análise de um fato enunciativo do ato de aquisição da linguagem, amarrar a discussão presente nas seções anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da linguagem . Enunciação. Simbolização.

ABSTRACT

This work aims at answering how the child in its act of language acquisition revives the happening and its experience of the happening according to an enunciative conception of language. The reflection is based on the enunciative theory of Émile Benveniste, who inserts the intersubjective communication in the core of language in action. Besides that, inspired by philosopher Giorgio Agamben, who establishes a dialogue with the theory of Benveniste in order to discuss the relation between childhood and history, we intend to move the question by Benveniste (1995. p. 27) “Why do the individual and the society together and for the same need found each other in language?” to “Why does the child and the society together and for the same need found each other in language?” Therefore, in this reflection on the act of language acquisition and considering the relations *man - language/language – society/culture*, the text is organized in three sections. In the first section, we constitute an anthropological-cultural conception of man linked to a symbolic notion of language. In the second section, we move this linguistic-cultural discussion to the reflection on the act of language acquisition. In the third section, we attempt to conclude the discussion developed in the previous sections by analyzing an enunciative fact of the act of language acquisition.

KEYWORDS: Language acquisition. Enonciation. Symbolization.

Introduzindo a reflexão...

Este trabalho parte da formulação produzida por Émile Benveniste (1995, p. 26) de que “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido”. Nessa linha de reflexão, o autor defende que a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a de troca e de diálogo, confere ao discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz com que a comunicação intersubjetiva esteja no centro da língua em ação. Considerando que, em uma concepção enunciativa, o discurso é o resultado da conversão da língua pelo locutor, como a criança, em seu ato de aquisição da linguagem, faz

⁷⁰ Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. clcostasilva@hotmail.com

⁷¹ Docente do curso de Letras da Universidade de Passo Fundo e doutoranda em Estudos da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. marlete@upf.br

renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento? Essa é a questão central que este artigo procura refletir a partir da teorização benvenistiana sobre linguagem, homem, sociedade e cultura.

Com inspiração no filósofo Giorgio Agamben, que dialoga com a reflexão de Émile Benveniste para tratar da relação entre infância e história, buscamos deslocar a questão de Benveniste (op. cit., p. 27) “Por que indivíduo e sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?” para “Por que criança e sociedade, juntas e por igual necessidade, se fundam na língua?”. Seguindo as trilhas da concepção benvenistiana acerca da linguagem, podemos responder que a possibilidade de a criança encontrar sua língua materna e nela se instaurar está na faculdade humana de simbolizar. Essa faculdade simbolizante está na base das funções conceituais e, por conseguinte, da significação.

Assim, neste movimento de reflexão do ato de aquisição da linguagem, a partir das relações homem-linguagem/língua-sociedade/cultura, organizamos o texto em três seções: na primeira, constituímos uma concepção antropológico-cultural de homem atrelada a uma noção simbólica de linguagem; na segunda, deslocamos essa teorização linguístico-cultural para pensarmos o ato de aquisição da linguagem e na terceira buscamos, por meio da análise de um fato enunciativo do ato de aquisição da linguagem, “amarrar” a discussão presente nas seções anteriores.

1. O homem na dupla natureza da língua: individual e social

Não há relação direta entre o homem e o mundo nem entre homem e homem. É somente por meio da linguagem que o homem pode atingir o outro e representar sua relação com o mundo. A comunicação, por esse ponto de vista, é um efeito de o fato do homem colocar a língua em ação, ou seja, é uma consequência do discurso, jamais o caráter primordial da linguagem, que é outro bem diferente: significar. Esse ponto fundamental de nossa reflexão ancora-se na proposta de Benveniste que dissocia a linguagem de instrumento:

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um conteúdo, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. (BENVENISTE, 1995, p. 285)

A linguagem é para o semanticista um fato humano: é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural. É na interdependência desse trinômio língua-cultura-homem que se enlaça o sistema cultural com o sistema da língua, pois, como afirma Benveniste (1989, p. 22): “tudo que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistema de valores. Da articulação entre valores. Muito bem! Esses valores são os que se imprimem na língua”. É por isso que defende que a cultura é também um sistema que distingue o que tem e o que não tem sentido. Essa reflexão nos permite redimensionar a tão difundida definição de enunciação como “ato individual de apropriação da língua”. Se

pensarmos que há valores culturais que se imprimem na língua, o locutor ao dela se apropriar para convertê-la em discurso, carrega nesse discurso os valores culturais já em sua língua impressos. A questão está em considerar que esse ato individual singulariza uma língua e uma cultura que são de ordem social. Por isso, o discurso como resultado de um ato de enunciação carrega o modo singular de como cada locutor se relaciona como o que é de ordem geral tanto da língua quanto da cultura. É inserido nessa concepção que Benveniste considera a existência de uma natureza duplamente paradoxal na língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Essa dualidade, para o autor, encontra-se em todas as propriedades da língua e, como tal, manifesta-se na sua conversão em discurso, lugar em que a língua se mostra como interpretante da sociedade.

Por distinguir o que tem sentido e o que não tem, a cultura manifesta-se no domínio semântico (no mundo do discurso), mas carregando os valores do domínio semiótico (o mundo do signo). Nesse caso, a definição que Benveniste faz de cultura fundamenta nossa reflexão:

Chamo cultura ao meio humano, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. (BENVENISTE, 1995, p. 31-32)

A definição de cultura em Benveniste diz respeito ao meio humano distinto do cumprimento das funções biológicas, representando o que dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. Ousamos relacionar esse conceito com o que propõe Lévi-Strauss (2011) em Estruturas elementares de parentesco acerca do conceito de cultura. Segundo esse estudioso da Antropologia, “a cultura não pode ser considerada nem simplesmente justaposta à vida. Em certo sentido, substitui-se à vida, e em outro sentido utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem” (LÉVI-STRAUSS, op. cit., p. 42). Os equívocos constatados em diferentes estudos que buscaram definir a oposição entre um estado de natureza e um estado de cultura são refletidos pelo autor para assumir sua posição de que “a cultura está relacionada à imposição de regras institucionais, cuja instauração no interior de um grupo dificilmente pode ser concebida sem a intervenção da linguagem”. (LÉVI-STRAUSS, op. cit., p. 46). O autor ainda reforça essa posição com a seguinte afirmação: “Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura. Simetricamente, é fácil reconhecer no universal o critério da natureza” (ibidem, p. 47). Com essa constatação, Lévi-Strauss assume que pertence à ordem da natureza tudo aquilo que se revela universal no homem, caracterizado pela espontaneidade; sendo da ordem da cultura

tudo o que está ligado a uma norma, e, portanto, caracterizado pela relatividade e particularidade.

O antropólogo discute os conceitos movido pelo tema de sua tese, a proibição do incesto, a qual, segundo ele, comporta em si os dois estatutos: tanto da ordem da natureza, posto que é universal, quanto da ordem da cultura, visto ser uma regra. Assim, frente a essa realidade, aparentemente contraditória, o autor defende a ideia de que a proibição do incesto não pertence nem à natureza nem à cultura, como muitos estudos realizados antes dele tentaram provar, mas que tal proibição representa, justamente, a passagem da natureza à cultura, uma espécie de processo pelo qual a natureza se ultrapassa a si mesma. A constatação do autor nos interessa sobremaneira. Não pelo tema em si de sua tese, a proibição do incesto, mas pela relação de passagem percebida entre natureza e cultura.

Relacionamos o que constata Lévi-Strauss com o que diz Agamben acerca da infância. Também Agamben firma sua tese na ideia de passagem, negando a existência de um período anterior à linguagem, assim como Lévi-Strauss nega a existência de um período pré-cultural na história humana: “É impossível, portanto, esperar no homem a ilustração de tipos de comportamento pré-cultural” (LÉVI-STRAUSS, 2011, p. 43). O estudioso afirma isso quando faz referência ao estado das “crianças selvagens”, as quais, segundo ele, podem representar monstruosidades culturais, mas não estados anteriores do homem, pois o homem, em sua existência, não revela jamais um comportamento natural da espécie ao qual possa “regressar”. Toda sua existência se dá na cultura. E, aqui, vemos essencialmente uma das teses benvenistianas, que se centra no fato de que toda a existência do homem se dá na cultura, constitutiva e constituinte na e pela linguagem:

E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural. [...] A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente. (BENVENISTE, 1989, p. 23-24)

A cultura, assim, assume um estatuto de cerceamento, uma vez que a norma institui um modo específico de o homem estar no mundo. Do mesmo modo que podemos reconhecer o que tem e não tem sentido no discurso, porque há limites impostos pela ordem da língua, há também restrições ligadas à cultura. Por isso, o filósofo Giorgio Agamben situa a experiência da linguagem na cisão entre língua e discurso, pois

um ser que já fosse, portanto, sempre falante e estivesse sempre em uma língua indivisa, não existiriam conhecimento, nem infância, nem história: ele estaria

sempre unido à sua natureza linguística e não encontraria em nenhuma parte uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como um saber e uma história poderiam produzir-se. (Prefácio à edição francesa de *Infância e história*, 2005, p. 14)

Pensar o estatuto do ato de aquisição da linguagem nos encaminha a pensar como um saber e uma experiência na linguagem são produzidas. O filósofo vê o reconhecimento do sujeito da linguagem como o fundamento da experiência e do conhecimento, já que, conforme Benveniste, o homem se constitui como sujeito na linguagem e através da linguagem. A partir desses princípios, o filósofo discute a possibilidade de um estado de experiência humana pura, uma espécie de in-fância, representação imediata do homem. Mas, ao se indagar acerca dessa possibilidade, adverte: não se pode buscar in-fância antes e independente da linguagem, pois jamais encontramos o homem fora da linguagem. Se pudéssemos encontrar um momento em que houvesse homem sem haver linguagem, poderíamos dizer que ali estaria a experiência pura e muda. Benveniste mostra que isso não existe, por mais que voltemos no tempo, sempre encontraremos um homem falando com outro homem, uma vez que a condição de existência do homem é a linguagem.

De fato, retomando Benveniste, vemos que é ingênua a ideia de um período original na história do homem, em que “um homem descobria outro e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 285). Trata-se, segundo ele, de pura ficção, pois:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, op. cit., p. 285)

O homem tal como o conhecemos se constitui como homem através da linguagem. Assim, Agamben afasta toda ideia que prevê um estado cronológico representativo de “um antes de si” e de “um depois de si” para o homem. Para esse pensador, portanto, infância e linguagem fecham um círculo: a infância é a origem da linguagem e a linguagem é a origem da infância. A experiência humana pura não pode ser algo que precede cronologicamente a linguagem, “um paraíso que de repente abandonamos para falar, mas coexiste originalmente com a linguagem e se constitui ela mesma por expropriação feita pela linguagem ao produzir cada vez o homem como sujeito” (AGAMBEN, 2008, p.59). A partir dessa constatação, o autor chega à conclusão de que o problema da experiência nada mais é do que o problema da origem da linguagem em sua dupla realidade de língua e fala. Segundo ele, não é a língua que distingue o ser humano dos animais, mas a entrada do homem na língua, o que se dá via discurso. Assim, para Agamben, a historicidade do ser humano encontra seu fundamento na

descontinuidade entre língua e discurso. Nesse sentido, o que caracteriza de modo exclusivo e fundamental a linguagem do homem é essa cisão entre língua e discurso, marcada na experiência de uma infância do próprio homem.

Na medida em que tem uma infância, em que não é já sempre falante, o homem cinde essa língua una e se apresenta como aquele que, para falar, deve constituir-se como sujeito da linguagem: deve enfim enunciar... É no exercício da língua que se manifesta a experiência humana na linguagem. É sempre no ato de enunciação, no processo de troca, que encontramos a experiência humana inscrita na linguagem. Como a criança inscreve sua experiência na linguagem? Essa é a questão que passaremos a refletir na sequência do artigo.

2. A experiência humana da criança na linguagem

Antes de querer significar o mundo ou referir pelo discurso, o relevante para a criança, de início, parece ser essa relação prazerosa com os sons a que se entrega diante da sustentação do outro, já que, retomando Agamben, a criança encontra-se na cisão entre língua e discurso, em uma descontinuidade em que um saber e uma história na linguagem podem ser produzidos. É justamente a simbolização que institui a linguagem no domínio do sentido e permite à criança inscrever sua experiência na língua-discurso por meio da relação com o outro, em que língua e cultura estão integradas.

De fato, quando a criança começa a utilizar a linguagem, o mundo que a rodeia já está nomeado, o que é corroborado pelas palavras de Benveniste, quando diz que não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. As reflexões sobre linguagem, cultura e sociedade permitem a esse teórico da enunciação tematizar a aquisição da linguagem, embora essa questão não seja tema central de seu estudo, conforme pode ser visto na passagem seguinte:

A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. (BENVENISTE, 1995, p. 31)

Concebendo que todo mecanismo da cultura possui um caráter simbólico, o autor defende ser a ação sobre a língua “a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária” (BENVENISTE, op. cit., p. 24). Nesse sentido, considera que a criança apreende não uma faculdade “natural” de linguagem, mas o mundo do homem.

Assim, a apropriação da língua está ligada ao conjunto de dados que ela traduz, visto tudo ser domínio do sentido. Com isso, enfatiza ainda o fato de “o que a criança adquire, aprendendo, como se diz, a falar, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe dá e sobre o qual ela aprende a agir” (BENVENISTE, 1989, p. 24). Isso faz do lugar de enunciação concedido pelo outro à criança, tematizado em Silva (2009), a condição de ela habitar a língua com o conjunto de elementos culturais que se considera que essa língua traduz quando convertida em discurso.

Jerusalinsky (2009) chama a atenção para o fato de que a fala da mãe dirigida ao bebê tem na prosódia, por meio de um amplo uso da musicalidade que acompanha o seu dizer, os elementos que marcam a convocação da criança para produzir vocalizações. E complementa: “Quando a mãe silencia, dando espaço para que advenha a fonação do bebê sustentando para ele a matriz dialógica –, o bebê produz ali suas vocalizações que se dirigem ao outro, que comparecem no intervalo, nessa brecha que o outro sustenta para ele” (op. cit., p. 106). Isso, para a autora, configura um comportamento de “revezamento”, que, segundo nossa proposta teórica, relaciona-se à inversibilidade enunciativa própria das pessoas em jogo no ato de enunciação. A autora faz referência à entonação da mãe, que representa para nós o outro do ato de aquisição, que, por meio do jogo entonacional, produz sentidos específicos na situação enunciativa, capaz de dizer muito mais do que o enunciado proferido à criança.

Com relação a isso, Silva e Stumpf (2012), pontuam, a partir da análise de fatos enunciativos de aquisição da linguagem, que, na enunciação da mãe, os elementos suprasegmentais parecem garantir a atualização no discurso dos segmentos (fonemas, morfemas, palavras etc.), marcando a função e o sentido de suas enunciações – se expectativa, se surpresa, se satisfação, por meio de interrogações, intimações, asserções, exclamações etc. – e, com isso, convocando a criança a preencher seu espaço de enunciação. Já a vocalização da criança, observam as autoras, é assegurada, de início, pelo suprasegmental para garantir ali o lugar onde irão se presentificar os segmentos de sua língua materna para a criança inscrever sua experiência na língua-discurso.

Sabemos, pela nossa experiência cotidiana, que a criança, desde muito cedo, se apropria de valores culturais inscritos na história de suas enunciações, o que lhe possibilita atribuir sentidos ao discurso do outro, questão lembrada por Jerusalinsky (op. cit., p. 106)

Na direção de tomar a prosódia implicada no ato da enunciação como aquilo que pode, por momentos, vir a subverter o sentido de um enunciado, evoquemos uma cena frequentemente testemunhada na clínica: a da criança que transgride as normas a todo momento enquanto a mãe diz “não faz, meu filho!” com um tom tão

suave, tão suplicante e risonho, que o “não” do enunciado, longe de fazer função de interdição, convoca à permissividade, é um sim.

Vemos aí que há um sentido que advém como efeito do ato de enunciação, que se marca na relação *eu-tu* por meio de elementos culturais que enlaçam gesto, unidades da língua e prosódia para relacionar forma e sentido nessa situação enunciativa ilustrada pela autora. O aspecto vocal da enunciação pode ser também refletido à luz das contribuições de Chacon (1998) sobre o papel do ritmo no ato de enunciação. O autor argumenta que ritmo e sentido (bem como sua relação) são fatos que existem e se instituem na linguagem enquanto atividade do locutor. A produção de sentidos, portanto, faz com que, num mesmo processo, ritmo, sentido e locutores constituam-se simultaneamente e de modo inter-relacionado, fazendo com que, na atividade enunciativa, a língua se coloque à mostra, através do trabalho rítmico-semântico que o locutor faz de selecionar e combinar unidades linguísticas num processo de sintagmatização da língua no discurso.

Tal constatação nos leva a pensar no que diz Meschonnic (1982) acerca da teorização que apresenta da linguagem. Segundo o autor, os gestos, o ritmo, a mímica, a entonação não estão no signo, mas no sujeito. Entendemos que Meschonnic propõe que não se pode mais pensar o discurso com os conceitos da língua apenas, mas se faz necessário conceber a manifestação linguística como constitutiva de uma teoria da sociedade, num projeto antropológico que leve em conta as condições de funcionamento da linguagem. Ora, entendemos, assim, que uma criança, no ato de aquisição da linguagem, apropria-se da língua via discurso, o que implica pensar nas condições de funcionamento da linguagem, conforme propõe o autor, as quais, muitas vezes, são capazes de construir sentidos singulares que extrapolam as unidades da língua. Assim como a entonação, vemos também a questão do gesto, da relação língua e corpo, como constitutivas da linguagem e, portanto, reveladoras de aspectos acerca dos quais necessitamos refletir se nos interessamos pela aquisição da linguagem.

De fato, a criança, desde muito cedo, usa, em suas enunciações, um repertório gestual e mímico capaz de construir sentidos. Acreditamos que ela se apropria desse repertório na relação cultural construída em sua história de enunciações com o outro, o que lhe possibilita atribuir sentido à realidade. Consequentemente a atribuição de sentidos ao mundo, cria, na criança, a necessidade de referir pelo discurso para fazer renascer a sua experiência dos acontecimentos vividos, colocando no centro da questão o aspecto enunciativo de semantização: “Como o sentido se forma em palavras?” (BENVENISTE, 1989, p 83). No

item seguinte, pretendemos, por meio da função de interrogação, retomar de que modo a criança, com o outro, integra língua e cultura.

3. A criança experienciando o movimento língua-discurso-língua

O falante não tem acesso à língua senão por uma língua já instanciada no discurso. Por isso, Benveniste defende que é na língua-discurso que temos o sentido produzido pela sintagmatização das palavras em que cada uma não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. O modo específico de significância engendrado pelo discurso requer do locutor fazer-se compreender e do alocutário tentar compreender o outro. É buscando a compreensão que o locutor engendra diferentes procedimentos enunciativos, entre os quais situamos as funções de asserção, interrogação e intimação.

Para que o locutor possa converter a língua para referir em seu discurso, precisará apropriar-se dos instrumentos da enunciação, dos quais, primeiro, destacam-se as formas que situam o locutor em sua enunciação. Além das formas, Benveniste destaca as grandes funções sintáticas, uma vez que, desde que se declara como locutor para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele (locutor) dispõe de um aparelho de funções, no qual se encontram: a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, por um processo de comportamento com dupla entrada; a intimação, em que aparecem ordens e apelos, marcados pelo imperativo, implicando uma relação imediata do locutor com o outro numa referência necessária ao tempo da enunciação; a asserção, que visa a comunicar uma certeza; e, de modo mais amplo, as modalidades, que enunciam as atitudes do locutor do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão, incerteza, possibilidade, indecisão etc.).

Para caracterizar as funções, Benveniste (op. cit.) recorre ao aspecto vocal, pois argumenta que “todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação etc. derivam deste aspecto da enunciação” (BENVENISTE, op. cit., p. 86). De modo semelhante, chama a atenção para o fato de que “Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza” (BENVENISTE, op.cit. p. 86.).

A questão que destacamos, neste estudo que desenvolvemos em aquisição, diz respeito à função interrogação, que com suas formas e procedimentos vocais, sinaliza o modo como a criança e seu alocutário asseguram o sentido no discurso, questão que ilustramos com o recorte a seguir:

Recorte enunciativo 1⁷²

Participantes:	CLA (babá); AVÓ e CAR (tia, filmando)
Idade:	1;11.13
Situação:	FRA está sentada no chão rodeada de brinquedos.
01. FRA:	bainha, dê bainha, dê bainha? [= sacudindo o pote]
02. CLA:	aqui ó [= entrega o objeto, que estava dentro do pote a FRA]
03. FRA:	XXX @ <u>bainha @ bainha</u>
04. CLA:	<u>hum</u>
05. FRA:	<qué vê?> [?] bainha
06. CLA:	<não abri> [?]
07. FRA:	ãh?
08. CLA:	não abri
09. FRA:	ah [= tentando abrir o pote] @ não a @ ó a bainha [= risos, olhando CAR]
10. CAR:	a balinha?
11. FRA:	É A BAINHA
12. AVÓ:	bolinha
13. FRA:	<aí> [?] bainha
14. CLA:	issu aqui não abri @ não dá pra abri
15. FRA:	ãh?
16. CLA:	ãh @ ãh [= fazendo força para abrir o pote]
17. FRA:	ãh?
18. CLA:	ai não abri @ [= entrega o pote a FRA]
19. FRA:	não abi?
20. CLA:	<u>não abri</u>
21. FRA:	bainha [= sacudindo o objeto]
22. CLA:	é bolinha, não é balinha
23. FRA:	hum?
24. CLA:	é bolinha
25. FRA:	bo-li-NHA
26. CLA:	é bolinha
27. FRA:	boinha?
Com:	silêncio.

O recorte mostra grande parte das enunciações concentrada na função da interrogação, característica da aquisição da linguagem, em que a criança e o outro buscam, por meio dessa função enunciativa, certificar-se da forma para atribuir sentido e referência ao discurso.

Interessante nesse recorte é que a criança e o outro, por meio da interrogação, buscam compreender o discurso para, via faculdade simbólica de reconhecimento da língua, costurarem a forma da língua ao sentido da enunciação. A relação forma e sentido é constituída pela busca de distinção das formas “balinha” e “bolinha”. Para isso, FRA vale-se do recurso da dissociação e integração de sílabas (“bo-li-NHA”) assim como a entonação

⁷²Na transcrição, foi adotada a seguinte convenção: um cabeçalho contendo os participantes da situação de enunciação, indicados pelas três letras iniciais do nome. Ainda entre parênteses é explicitado o grau de parentesco com a criança. Os turnos de diálogo são indicados pelas três primeiras letras do nome de cada participante. FRA indica as iniciais da criança estudada (Francisca). Os comentários do transcritor sobre aspectos da situação da enunciação são indicados com a expressão “com”. Entre colchetes [], são indicadas ações paralelas à fala e eventos não-linguísticos, como risos. A interrogação, entre colchetes, indica dúvida do transcritor, a marca @ indica pausa breve e a indicação XXX refere-se a segmentos não compreendidos pelo transcritor. As maiúsculas indicam entonação ascendente e o sublinhado indica entonação descendente.

ascendente da sílaba final, para, via enunciação, constituir a sua relação com a natureza articulada da língua para se reconhecer na língua com o outro. É o procedimento da interrogação que permite à criança movimentar-se da enunciação para a língua para perceber a mudança de sentido por meio da alteração de um segmento por outro, ou seja, pela alteração da forma. A interrogação do outro tem um efeito sobre a criança de suscitar a sua resposta por meio do apropriar-se da língua, esse “outro turbulento”, conforme palavras de Chacon e Villega (2012), que a criança está sendo demandada a convocar.

Aqui, mais do que a referência, está em questão o chamado, a convocação para a criança se presentificar no discurso no tempo presente da enunciação e no agora da situação enunciativa. É essa convocação que possibilita à criança experienciar os sentidos distintos de duas formas diferentes “bolinha” e “balinha” por meio do discurso do outro, que, imerso na cultura, interdita a criança. Do mesmo modo que a convocação da criança para se enunciar é fundamental – ilustrada aqui pelo procedimento da interrogação – para se instaurar na língua-discurso, também a interdição, marcada pela disjunção da criança com o outro, coloca-a diante da ordem da língua. Enunciar possibilita à criança dar à sua vida e à sua atividade humana forma e sentido para experienciar sua própria presença na situação enunciativa via inserção de seu discurso no mundo.

Concluindo a reflexão...

A experiência humana da criança pode produzir um saber sobre a língua sob a condição da intersubjetividade enunciativa, lugar em que as referências são produzidas. É esse lugar de enunciação concedido à criança que lhe permite enlaçar forma e sentido para constituir sua língua materna e o sistema de representações de sua cultura, estabelecendo-se, desse modo, como sujeito de/na linguagem.

O problema da significação está no centro de uma teoria enunciativa de aquisição da linguagem, pois, antes de qualquer coisa, a linguagem significa. Essa é, para Benveniste (1989, p. 222), a sua função primordial que assegura as demais funções dela no meio humano. A significação encontra seu lugar no exercício do discurso, pois “bem antes de comunicar, a linguagem serve para viver” (BENVENISTE, 1989, p. 222.). À falta de linguagem, não haveria a possibilidade de sociedade, nem de humanidade. Por isso, a experiência humana da criança na linguagem é o que lhe permite historicizar-se na sua língua materna para fundar-se na dupla natureza (individual e social) que essa língua instaura nela.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005. (p.19-78).

BENVENISTE, Émile (1966). *Problemas de Lingüística Geral I*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CHACON, Lourenço. *No ritmo da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____; VILLEGA, Cristyane de C. Sampaio. Hesitações na fala infantil: indícios da complexidade da língua. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Jan/Jun. 2012.

_____. (1974). *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

JERUSALINSKY, Julieta. Prosódia e enunciação na clínica com bebês. In: _____. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. São Paulo: PUC, 2009. Tese de doutorado.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. In: _____. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 2011.

_____. O problema do incesto. In: _____. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 2011.

MESCHONNIC, Henri. *Critique du rythme : anthropologie historique du langage*. Éditions Verdier, Lagrasse, 1982.

SILVA, Carmem Luci da C. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SILVA, Carmem Luci da C.; STUMPF, Elisa Marchioro. O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança. *Desenredo*. v. 8, nº 1, 2012.